

ABAGTALKS

Webinar Acordo Mercosul-União Europeia: Expectativas para os próximos 5 anos

Realização: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Data: 11.03.2025

Participantes:

- Tatiana Prazeres - secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC),
- Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva - chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia do Ministério das Relações Exteriores
- Marcelo Regunaga - coordenador-geral do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS),
- Embaixador Roberto Azevêdo - presidente da Iniciativa Internacional para o Agronegócio Brasileiro e ex-diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Moderação: Ingo Plöger - vice-presidente da ABAG

Objetivo: Discutir os impactos do Acordo Mercosul-União Europeia no cenário internacional e as expectativas para os próximos cinco anos, em particular para o agronegócio.

Contexto

Diante de uma conjuntura geopolítica global em constante transformação, notadamente após os últimos meses de turbulências envolvendo Estados Unidos e China, o Acordo Mercosul-União Europeia ganha uma relevância cada vez maior.

A redução do *"friendshoring"* vem sendo impactada por mudanças nas dinâmicas geopolíticas e econômicas, levando a uma reconsideração dessas estratégias. Ainda, a União Europeia (UE), por meio da recente medida *"Omnibus"*, tem suavizado normas ambientalistas, ajustando suas prioridades diante de desafios, como a pressão para balancear o crescimento econômico com metas de sustentabilidade, ainda mais em tempos de adversidades econômicas.

No cenário geopolítico atual, as lideranças da China, EUA e Rússia desempenham papéis críticos. A China continua a expandir sua influência global por meio de iniciativas como a *"Belt and Road"* (Rota da Seda), além de investimentos em tecnologia e infraestrutura. Os Estados Unidos mantêm uma posição dominante com inovações tecnológicas e alianças geopolíticas, reduzindo burocracias internas para atrair investimento e ampliando protecionismo. A Rússia, apesar dos desafios econômicos, mantém relevância política e militar, especialmente em regiões estratégicas como a Europa Oriental.

Acordo Mercosul-UE

O Acordo Mercosul-UE ganhou ainda mais significado, principalmente no aspecto geopolítico ao mostrar dois grandes blocos procurando união e diálogo. Ele reforça a capacidade do Mercosul em concluir parcerias comerciais relevantes e estratégicas, além de fortalecer a relação de longa data com a Europa, que tem visões próximas do ponto de vista econômico e de arquitetura política.

A finalização do Acordo abre as portas para o Mercosul ter uma agenda de negociação com outros países e para seguir na trajetória de integração internacional. No longo prazo, via intercâmbio científico e tecnológico, pode contribuir para o desenvolvimento de bioprodutos, bioinsumos, novos biocombustíveis e de processos de economia circular, resultando em oportunidades para diversificar as exportações da região.

A União Europeia tem disposição em estreitar as relações com o Mercosul. Especificamente sobre o Brasil, há a intenção de se realizar, inclusive, uma cúpula presidencial no país para discutir temas convergentes e complementares, sendo um estímulo adicional para preservar instituições multilaterais.

Para o Acordo entrar em vigor, existe um percurso a ser trilhado. A União Europeia tem interesse em colaborar em alguns temas, como o caso do hidrogênio verde, os minerais críticos e estratégicos e, talvez, o Combustível Sustentável de Aviação - SAF. Entretanto, é preciso observar que assuntos mais complexos quase não têm espaço, neste momento, para um diálogo, como os biocombustíveis, devido à narrativa sem base científica Food x Fuel, e os defensivos agrícolas e pesticidas, cujas regras se manterão rígidas. Porém, com a entrada em vigor do Acordo, o diálogo será diferente, com muito mais abertura para tratar essas questões.

COP30

A União Europeia deve trabalhar para o êxito da Conferência que acontecerá no Brasil, na cidade de Belém (PA), em matérias como transição energética e combate às mudanças climáticas. As discussões sobre tecnologias de baixo carbono e biodiversidade são convergentes com a posição brasileira. Por isso, é fundamental construir uma massa crítica.

Nesse sentido, é imprescindível enfatizar que a agenda da segurança alimentar mundial é compatível com a agenda climática e ambiental, sem conflitos. O único setor que pode sequestrar carbono é a agropecuária, por isso contribui sobremaneira nessas frentes. A recuperação de áreas degradadas, a integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto, rotação de culturas e outras práticas de agricultura sustentável atendem a finalidades para diminuir a pegada ambiental e as emissões.

Há muita desinformação no contexto das negociações internacionais, erros metodológicos de cálculo, pesquisas que condizem apenas com regiões específicas - para clima temperado, por exemplo, que não podem ser levadas em conta em clima tropical -, mas que influenciam decisões. Assim, como é possível direcionar o diálogo para ilustrar a realidade da região, a fim de evitar barreiras comerciais e protecionistas e, ao mesmo tempo, evidenciar a sociobiodiversidade brasileira e do Mercosul, melhorando o posicionamento do país e da região por sua matriz energética majoritariamente limpa.

Agenda ESG

Mesmo diante da atual orientação do governo dos EUA em não priorizar iniciativas ESG, elas são uma realidade no âmbito global, especialmente, na área privada, em cadeias de valor e nas corporações. Na Europa, são agendas que não perderão força.

Outro ponto importante está na preferência do consumidor por produtos mais sustentáveis. Além disso, são bilhões de dólares investidos pelo setor privado para diminuir o impacto ambiental e para implantar processos de economia circular, que, quando bem-feita, amplia as margens de lucro e a competitividade das empresas. Dessa maneira, são movimentos claros e que não têm volta.

Países Asiáticos

Ao se tratar de comércio, geopolítica e sustentabilidade, a China precisa ser trazida para a conversa, pois ainda há potencial a ser explorado pelo agronegócio brasileiro. O país asiático é relevante em todas essas áreas.

Outra nação a ser observado é a Índia, pelo tamanho da economia, da população e dos avanços tecnológicos. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, visitou o país, acompanhada de mais de 20 comissários, no final de fevereiro, para fortalecer relações estratégicas, o que reforça a preocupação de continuar construindo uma rede de apoio por parte dos europeus.

Estratégias

Nesse cenário, o Brasil precisa adotar uma estratégia que considere suas próprias vantagens competitivas, como recursos naturais e agricultura, enquanto busca parcerias que possam beneficiar seu desenvolvimento econômico e político. O país deve também avaliar como posicionar-se em questões ambientais, dado seu papel crítico no combate a insegurança alimentar e energética, que tem impacto tanto na política ambiental global quanto na sua imagem internacional.

O setor deve se preparar para um ambiente de incertezas, sendo a competitividade o caminho para se manter bem-posicionado diante de exigências ambientais e regulatórias. O fortalecimento das parcerias com a União Europeia e a diversificação dos mercados são vistos como ações estratégicas para o Brasil, especialmente em um contexto de crescente volatilidade política e econômica.

Embora o Acordo ainda precise ser ratificado nos parlamentos, sua implementação representaria um marco importante para o agronegócio do Mercosul, oferecendo novos caminhos para exportação e melhores condições comerciais com o bloco europeu. No entanto, especialistas alertam para a necessidade de resiliência frente aos riscos e destacam que o diálogo contínuo entre o setor público e privado será essencial para garantir o sucesso da parceria.

O encontro deixou claro que, para o agronegócio brasileiro, a chave será a preparação para um futuro competitivo, garantindo credibilidade e alinhamento com as novas demandas internacionais. A mensagem central foi a de que a adaptabilidade e o planejamento são vitais para tirar o máximo proveito das possibilidades que surgirão.

A precaução deve ser contemplada, mas a região não deve aceitar determinados temas por princípio, por não haver bases científicas. Assim, é importante que as decisões não sejam pautadas por questões ideológicas ou políticas. É um caminho árduo, mas é preciso defender a realidade do bloco, que está baseada em pesquisas científicas.

De fato, se aprovado, o Acordo pode ser um divisor de águas, tanto do ponto de vista econômico quanto político, oferecendo um caminho para o fortalecimento das parcerias em um mundo em transição.